



Partilha de conhecimentos

Maria Teresa Monteverde Plantier Saraiva
Arquivista
(DTTDA)



Sumário

- Introdução
- História do Arquivo dos Feitos Findos
- Hospital de São José
- Ministério do Reino
- Registo Geral de Mercês
- Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça
- Viscondes de Vila Nova da Cerveira
- Conclusão



Introdução

Partilha de conhecimentos:

- Documentação tratada e em tratamento.
- Documentação alvo de pesquisa.
- Pedidos para localização de documentos.



O Arquivo dos Feitos Findos



Porquê feitos findos e Arquivo dos Feitos Findos?

- Feitos » autos, processos, ações.
- Findos » ações concluídas.

- Arquivo dos Feitos Findos » documentação judicial finda aquando da reforma de Mouzinho da Silveira, em 1832.



Porquê feitos findos e Arquivo dos Feitos Findos?

- A designação feitos findos e Arquivo dos Feitos Findos encontra-se em documentação do século XIX, quando se refere ao período anterior a 1832, sobretudo em requerimentos pedindo informações contidas nas ações deste período.



Os processos judiciais eram guardados nos cartórios dos escrivães dos juízos de primeira instância, segunda instância, revista e privativos que, no caso de Lisboa, ficavam nas ruas da baixa.



Organização da documentação:

A documentação era organizada por ordem alfabética da primeira letra do primeiro nome do autor, nos casos dos processos cíveis, da primeira letra do primeiro nome do réu, no caso dos processos crime.

No caso dos Inventários post mortem, pela primeira letra do primeiro nome do inventariado.



Causas de inexistência de documentação:

- Os escrivães só eram obrigados a guardar os processos durante 20 anos, nos casos cíveis, e 30 anos, nos casos crime.

Fontes:

Manual do Processo Cível

Manual do Processo Crime



- Cartórios dos escrivães destruídos com o terramoto de 1755.

Fontes:

.Documentação sobre o terramoto e em documentos vários em que houve necessidade de provar a falta de documentação.



- Processos referentes ao Brasil, a razão é simples.

As ações em primeira instância corriam em terras brasileiras, só vinham para Portugal em última instância

Especulando um pouco: seria caro recorrer e nem todas as ações chegariam ao destino devido aos naufrágios.



Arquivo dos Feitos Findos - história custodial e arquivística -



- Em 1832, consequência do liberalismo, Mouzinho da Silveira iniciou a reforma da administração pública.
- Na área judicial foram extintos mais de 40 juízos.
- Os escrivães receberam ordem, em 1832, para entregar a documentação, no novo tribunal, na Boa Hora.



Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos

Comissão criada com a reforma judicial.

Objetivo:

- Receber, distribuir e organizar a documentação entregue pelos escrivães.

- **Método de trabalho:**

- Distribuição das ações não findas às novas instâncias.

- Criar “duas séries documentais”:

- . Processos cíveis – designada por Fundo Geral.

- . Processos crime – designada por Processos-crime.

Nota:

Foi também ordenado, não se sabe quando, a criação da série Inventários.



- A documentação foi entregue, quase toda, acompanhada de guias de remessa.
- O tipo de guias de remessa varia, umas são numéricas, indicando apenas o número de documentos, outras são catálogos e, outras índices com os nomes dos autores e réus.
- Nalguns casos os índices são ainda hoje utilizados como IDD (ex. **Correição Cível da Corte, cartório Feital**)

Em 1836, a Comissão entrega ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça o relatório onde apresenta não duas mas três séries documentais, atrás indicadas. O relatório menciona:

- Tribunais para onde enviaram documentos.
- Documentos integrados no Fundo Geral.
- Documentos integrados nos Processos-crime.
- Documentos integrados nos Inventários – estes não foram para o Convento da Estrela, entraram, mais tarde, na Torre do Tombo.



A Comissão elaborou índices alfabéticos para estes três conjuntos documentais:

- Fundo Geral – índice alfabético em duas colunas, ordenado pela primeira letra do primeiro nome do autor. Na segunda coluna o nome do réu.
- Inventários – índice alfabético em duas colunas, ordenado pela primeira letra do primeiro nome do inventariado, na segunda coluna o nome do inventariante.



Nota:

Os índices do Fundo Geral e dos Inventários, por vezes, apresentam só uma coluna com o nome do autor ou do inventariado.

Quando se trata de justificações, aparecem duas colunas com o nome dos justificantes em cada coluna.



-
- Processos-crime - índice alfabético em duas colunas, ordenado pela primeira letra do primeiro nome do réu. Na segunda coluna o nome do autor.



Atenção:

Quando os investigadores pedem documentos a partir destes índices e verificam que, à margem, vem a informação de que o documento foi enviado para ... significa que este documento, inventariado pela Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos, não existe por não ter regressado ao Arquivo dos Feitos Findos.



-
- Existe, ainda, a série Sentenças Cíveis, numerada de forma idêntica às anteriores, mas sem índice elaborado pela Comissão.



Em 1887, Júlio Dantas apercebendo-se do valor histórico da documentação consegue que ela seja depositada numa das alas do Convento da Estrela, para onde foi transferida e onde permaneceu até 1990.



Arquivo dos Feitos Findos

Em 1915, por insistência, também, de Júlio Dantas, com a documentação que se encontrava no Convento da Estrela foi criado o **Arquivo dos Feitos Findos** (expressão já usada no século XIX).

Pelo decreto de criação, o Arquivo é anexado à Torre do Tombo “para tratamento técnico”.



Existiam neste arquivo, em 1915:

- Fundo Geral.
- Processos-crime.
- Sentenças Cíveis.
- Juízo da Índia e Mina.
- Correição Cível da Corte, Cartório Feital.
- Correição Cível da Cidade de Lisboa, cartório Torre do Vale.



-
- Conjuntos documentais diversos:
 - . Ações que não chegaram a ser integradas nas três séries referidas.
 - . Documentação truncada.
 - . Documentação referente ao Brasil.
 - . Pequenas séries documentais.



Após a entrega do arquivo à Torre do Tombo, técnicos desta instituição, ao tratar a documentação criaram séries e ou fundos:

- **Processos retirados do Fundo Geral**

- . Justificações da Nobreza (SR).
- . Justificações do Reino (SR). Esta série encontra-se junto ao Conselho da Fazenda, tribunal por onde corriam estas ações.



-
- . Justificações Ultramarinas (SF)
 - . Juízo da Inspeção de Bairros de Lisboa (F).
 - . Juízo das Apelações e Agravos Cíveis (F)
(Inclui tudo o que se refere às ilhas e ao Brasil).
 - . Conservatória Geral do Comércio (F).
 - . Conservatória Geral de Pernambuco e Paraíba (F).



-
- . Conservatória Geral do Grão Pará e Maranhão (F).
 - . Juízo privativo da Misericórdia de Lisboa (F).
 - . Juízo dos Órfãos da Cidade de Lisboa (F).
 - . Conservatória Italiana (F).
 - . Ações e papéis das administrações de casas (F), (vários fundos).



- **Processos retirados dos Processos-crime**

- Processos políticos e devassas políticas do reinado de D. Miguel (SR).
- Correição Crime da Corte (F).
- Correições e Juízos Crimes de Bairros (F).



Livros dos Feitos Findos (Sr)

- Série constituída por livros pertencentes a diversos juízos, livros diversos cuja proveniência é desconhecida e livros que eram parte integrante de processos dos quais foram separados.



Livros integrados nos respetivos fundos:

Ao proceder à descrição dos livros, sempre que foi possível identificar a proveniência dos mesmos, foram reintegrados:

- . Livros das administrações de casas.
- . Livros da Conservatória Britânica.
- . Livros de distribuição da Correição Cível da Cidade de Lisboa.



-
- . Livros de índice do Fundo Geral do fundo Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos.
 - . Livros de distribuição da Correição Crime da Corte.
 - . Livros da Conservatória Espanhola.
 - . Livros da Casa da Suplicação.
 - . Livros do Juízo das Apelações e Agravos Cíveis.



-
- . Livros do Juízo das Apelações Crime.
 - . Livros do Juízo da Aposentadoria.
 - . Livros do Juízo das Capelas da Coroa.
 - . Livros do Juízo dos Degredados.
 - . Livros do Juízo dos Feitos da Coroa.
 - . Livros do Juízo dos Feitos da Fazenda.
 - . Livros do Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes.



-
- . Livros do Juízo dos Órfãos de Lisboa.
 - . Livros do Tribunal do Comércio.

Nota:

Os Livros do Tribunal do Comércio não faziam parte do Arquivo dos Feitos Findos. Foram colocados no Convento da Estrela, por falta de espaço na Torre do Tombo.



Diversos:

- Coleção constituída por:

. Documentos que não chegaram a entrar nas séries atrás referidas.

. Documentos pertencentes a maços do Fundo Geral, dos quais foram retirados quase todos os processos para os incluir em outras séries ou fundos, ficando os que não pertenciam nem às séries nem aos fundos.



Nota:

- Os processos que a Comissão não integrou nas grandes séries, Fundo Geral, Inventários post mortem e Processos-crime, foram colocados nos respetivos juízos, havendo assim documentação nos juízos e nestas séries.
- Da coleção Diversos, sempre que é possível identificar a proveniência do documento, integra-se. Nos casos em que não é possível mantem-se nesta coleção .



Arquivo dos Feitos Findos - Fundos e Coleções -



Casa da Suplicação

- Administração
 - 63 livros disponibilizados. Alguns registos dos livros 18 e 19 também já foram descritos e disponibilizados.
- Chancelaria
 - 532 livros disponibilizados.



- Tesouraria

- . 11 livros disponibilizados.
- . Ações.

Âmbito e conteúdo das ações:

Pagamento das multas e custas do processos nas ações-crime, condenações pecuniárias dos condenados em processos-crime e das despesas feitas com o tribunal.



Despesas do tribunal:

- . Equipamento, obras nas instalações, material destinado ao bom funcionamento da instituição (livros, papel, tinta, areia etc.).
- . Pagamento dos oficiais de justiça, do capelão que celebrava a missa diária dita na capela da Relação, despesas extraordinárias e ordenados dos funcionários.
- . Pagamento das testemunhas que por bem da justiça fossem chamadas à corte, por ordem do regedor.



O juiz conferia periodicamente os dinheiros existentes no cofre juntamente com o tesoureiro e escrivão.

Na Casa da Suplicação era obrigatório haver um cofre onde se guardavam os dinheiros das despesas e obras, com três chaves, uma na posse do tesoureiro, outra com o juiz executor e outra com o escrivão.



Juízo das Apelações e Agravos Cíveis

- . Livros, disponibilizados.
- . Ações judiciais com três organizações:
 - Cartórios dos escrivães (falta descrever as ações judiciais e cotar os documentos).



-
- Ilhas:
 - . Madeira
 - . Ilha de São Miguel
 - . Ilha Terceira
 - . Faial
 - . Graciosa
 - . Pico
 - . Santa Maria



-
- . São Jorge
 - . Flores
 - . Cabo Verde

(Descrição feita em fichas manuscritas, a serem introduzidas)

- Terras diversas (Sr), organizada por nome das terras.



Ouvidoria Geral do Crime / Juízo das Apelações Crime

- . Ações judiciais, organizadas por cartórios dos escriturais. (IDD em word).

(Na base, na dependência deste fundo e do respetivo cartório, encontram-se as descrições das ações que correram por este fundo e foram colocados nos Processos-Crime, aonde se encontram.)



Correição Cível da Corte

- . Livros, disponibilizados.
- . Ações judiciais, organizadas por cartórios dos escrivães.

O Cartório Feital não foi desmembrado pela Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos. Tem guias de remessa dos escrivães que servem de IDD.

A restante documentação está organizada por cartórios dos escrivães, mas ainda não está descrita.



Correição Crime da Corte

. Ações judiciais, querelas e cartas de seguro, organizadas por cartórios dos escrivães. (IDD em word).

(Na base, na dependência deste fundo e do respetivo cartório, encontram-se as descrições das ações que correram por este fundo e foram colocados nos Processos-Crime, aonde se encontram.)



Juízo dos Feitos da Fazenda

. Ações judiciais, organizadas por cartórios dos escrivães. (IDD em fichas manuscritas que estão a ser introduzidas na base)



Juízo dos Feitos da Coroa

. Ações judiciais, organizadas por cartórios dos escrivães. (IDD em fichas manuscritas que estão a ser introduzidas na base)



Juízo das Capelas da Coroa

.Documentação desorganizada e não descrita.

Não é possível ir à consulta.



Juízo da Chancelaria

. Execuções de dízimas.

Estes processos dão pouca informação sobre a ação. Trata-se do pagamento a fazer pelo réu, no caso de ações cíveis, da multa e custas do processo. (IDD em fichas manuscritas que estão a ser introduzidas na base)



Juízo dos Degredados

. Fundo constituído por livros, onde eram registados os degredados, com indicação do destino e por vezes os trabalhos que os réus eram obrigados a fazer.

A descrição já se encontra disponibilizada.



Ouvidoria da Alfândega

. Fundo por tratar.



Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes

Nota: neste juízo não se encontram as ações que julgaram os réus de crimes de lesa majestade mas sim as ações referentes à administração dos bens confiscados.



- Ações judiciais, organizadas por:

- . Cartórios dos escrivães
- . Casas
- . Antigos
- . Avulsos



A documentação constante do L. 534, que entrou diretamente na Torre do Tombo, está organizada por:

- . casas, avulsos e antigos.

Uma parte da documentação já está disponível através do IDD acima referido, a outra, que aguarda tratamento, será disponibilizada mediante pedido prévio.



Juízo da Índia e Mina

. Ações judiciais, organizadas por cartórios dos escrivães. (Disponibilizada)

Descrição em fase de conclusão.

Na requisição deverá constar, sempre, o maço, número e caixa.



Juízo das Justificações Ultramarinas

.Ações judiciais, organizadas por áreas geográficas:

- África (C 257 A/ 1 a 17)*
- Brasil (Falta acabar de descrever)
- Ilhas
- Oriente
- Terras Diversas

* IDD, já introduzido, falta rever e dar por concluído o tratamento arquivístico.



Conservatórias Estrangeiras

Por estes juízos corriam ações em que uma das partes era um súbdito de um destes países. Funcionavam como juízos privativos e privilegiados.

- Conservatória Espanhola
- Conservatória Britânica
- Conservatória Francesa
- Conservatória Hamburguesa
- Conservatória Italiana
- Conservatória Holandesa



Conservatória Geral da Companhia de Pernambuco e Paraíba

Descrição em fase de conclusão.

Conservatória Geral da Companhia do Grão Pará e Maranhão

Conservatória Geral do Comércio *

Juízo dos Falidos (disponibilizado) *



Juízo das Cartas de Jogar (disponibilizado)*

**Superintendência Geral dos Descaminhos e
Direitos Reais**

**Conservatória da Junta do Tabaco. (IDD em
fichas manuscritas)**

* **Unidades Relacionados:** Junta do Comércio,
Tribunal do Comércio.



Juízo das Aposentadorias

Documentação descrita mas retirada da
leitura.



Juízo da Inspeção de Bairros

. Ações judiciais e tombos, organizados por bairros ((IDD – c 1079 (1 a 38)):

- Bairro Alto
- Bairro do Castelo
- Bairro da Ribeira
- Bairro de Santa Catarina
- Bairro de Remolares

-
- Bairro do Rossio
 - Bairro da Rua Nova
 - Bairro do Limoeiro
 - Bairro de Andaluz (não tem tombos)
 - Bairro de Alfama (não tem tombos)
 - Bairro da Mouraria (não tem tombos)
 - Bairro de Santa Isabel (não tem tombos)
 - Bairro do Mocambo (não tem tombos)
 - Bairro de São José (não tem tombos)



Bibliografia:

LIMA, Jorge Hugo Pires de - "Inspeção dos bairros de Lisboa" in Elementos para a História de Lisboa Antiga. Lisboa: [s.n.], 1950. Sep. dos Anais das Bibliotecas e Arquivos.

Neste trabalho o autor apresenta um índice para cada bairro, organizado pelo nome das ruas, becos, largos, etc. e na dependência destes o nome dos intervenientes nas ações.



Correições Crimes de Bairros

- . Ações judiciais, organizados por bairros:
 - Alfama
 - Bairro Alto
 - Belém
 - Remolares
 - Rossio
 - Rua Nova
 - São José



Juízos Crimes de Bairros

- . Ações judiciais, organizados por bairros:
 - Andaluz
 - Castelo
 - Limoeiro
 - Mocambo – (IDD - Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos, mç. 5, n.º 25)
 - Ribeira
 - Santa Catarina
 - Santa Isabel



Correição Cível da Cidade de Lisboa

. Ações judiciais, organizadas por cartórios dos escrivães:

- Cartório Torre do Vale não foi desmembrado pela Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos. (IDD é parte integrante do cartório).

- Restantes cartórios, organizados mas não descritos.

- Petições que não chegaram a ser distribuídas, não descritas.



Juízo Privativo da Misericórdia de Lisboa

Fichas introduzidas mas ainda não validadas e disponibilizadas (IDD c 1081 (1 a 15)).

Juízo privativo do Hospital de São José

Fundo por tratar

Nota:

A administração destas duas instituições esteve unida nos séculos XVIII e XIX.

Juízo dos Órfãos da Cidade de Lisboa

. Ações judiciais, organizadas por repartições, cada repartição organizada por cartórios dos escrivães:

- . Repartição de Alfama
- . Repartição do Bairro Alto
- . Repartição do Meio
- . Repartição do Termo

Documentação parcialmente descrita.



Provedoria do Juízo dos Resíduos e Cativos

Em fase de tratamento.

Registo Geral de Testamentos

(IDD L 479 e 480, C. 992 a 1060).

Descrição sumária de alguns testamentos já disponibilizada.



Administrações de casas

. Ações judiciais, livros e papéis de casas nobres, comerciais e conventos que tinham, por mercê régia, uma administração privativa que se encarregava de administrar os bens, e juízo por onde corriam as ações referentes às casas.

Fundos em fase de tratamento.

Atenção:

Para facilitar os pedidos, foi atribuída cota sequencial a todos os fundos.



Comissão dos Cartórios dos Juízos Extintos

Constituída por guias de remessa enviadas pelos escrivães a acompanhar a documentação, entregue após reforma de 1832.



Séries

- Fundo Geral
- Processos-crime
- Processos Políticos do reinado de D. Miguel
- Inventários
- Sentenças Cíveis
- Justificações de Nobreza
- Militares
- Terras das Rainha
- Livros dos Feitos Findos

Fundo Geral

Para consultar as ações o investigador tem de conhecer o nome dos autores.

Deve consultar os índices do Fundo Geral, pedindo pela letra correspondente à primeira letra do nome do autor.

Requisitar: Feitos Findos, índice do Fundo Geral, Letra ...

Se quiser alguma tipologia, pode ver qualquer índice, independentemente da letra.



Atenção:

Depois de encontrar no índice o que pretende o leitor tem que fazer a requisição:

Feitos Findos, Fundo Geral, Letra ..., mç....

ou

Feitos Findos, Fundo Geral, Letra ..., mç.... ,
n.º..., se o maço já estiver tratado e cotado.



Processos-crime

As descrições encontram-se na base.

Os registos estão a ser normalizados e disponibilizados.

Nota:

Se o investigador não encontrar na base o que pretende, deve fazer um pedido por escrito para ser localizado, normalizado o registo e disponibilizado.



Processos Políticos do reinado de D. Miguel

. Ações judiciais de crimes políticos, retirados da série Processos-crime. (IDD C 1080 / 1 a 31)

Nota:

Existe na série Processos-crime outras ações da mesma natureza.



Inventários post mortem

. Inventários de bens (série em tratamento).

Disponível na base. Se o investigador não encontrar na base o que pretende, deve procurar no IDD manuscrito que se encontra na referência, após o que fará pedido por escrito, indicando letra e maço e nome, para ser disponibilizado.



Sentenças cíveis

(IDD rudimentar em fase de revisão).



Justificações de Nobreza

IDD disponibilizado.

O leitor pode pesquisar pelo nome. Se quiser ver todos, deve colocar no Código de referência: PT/TT/CCVC/004.

Nota:

Estes processos correram pela Correição Cível da Corte e não pelo Cartório de Nobreza.



Militares

Coleção de documentos, reunidos em função dos privilégios concedidos ao escrivão a que eram entregues os processos referentes a militares. Corriam pela Correição Cível da Corte e Correição Cível da cidade de Lisboa, em primeira instância.

(Ainda por descrever)



Terras das Rainhas

Coleção de documentos, reunidos em função dos privilégios concedidos ao escrivão a que eram entregues processos referentes a moradores das terras pertencentes à Casa das Rainhas.

(Ainda por descrever)



Livros dos Feitos Findos

Série constituída por livros dos quais não foi possível encontrar a proveniência, alguns deles posteriores a 1832, e por livros que foram retirados das ações judiciais de que eram parte integrante, as quais também não foram localizadas.



Diversos

Documentação diversa: folhas avulsas, processos truncados, documentos soltos, pergaminhos retirados dos processos e referente a:

- Brasil
- Almotaxaria
- Cavalgaduras
- Alcobaça
- Alverca
- Hospitais
- Marinha
- Faróis



Hospital de São José



Documentação quase toda tratada.

(IDD disponibilizado)

Nota:

Registos de entrada de doentes.

Os livros de 1939 em diante não podem ser consultados - n.º2 do artº 17º da Lei Geral de Arquivos, Dec. Lei nº 16/93 de 23 de Janeiro de 1993.

As fichas clínicas dos doentes não se encontram na Torre do Tombo. Para ter acesso a estas fichas, é necessário entrar em contacto com o arquivo do Hospital de São José.



Chancelaria de D. José



Existe para este reinado um índice referente à abolição de capelas (IDD L 148 a 162)

Nota:

O pedido faz-se da mesma forma que para a restante chancelaria deste reinado:

Chancelaria de D. José, liv. ...

Quem elaborou os índices, como havia muitos registos sobre abolição de capelas, decidiu fazer um índice temático.



Ministério do Reino



Decretos

(IDD - Catálogo antroponímico - C 625/1 a 35).

Os pedidos devem ser feitos por maço e número.

Nota:

Não permitir que se peça apenas por ano. Além de serem muitas caixas para cada ano, o que implica muito trabalho nos depósitos, há o risco de se perder documentos. E até 1800 os documentos estão descritos nestas cadernetas pelo que o investigador pode pedir exatamente o que pretende.



Arquivo do Arquivo



- No ficheiro 45
 - existe um índice temático “capelas da Coroa registo do Arquivo”. Este índice foi feito a partir dos Livros de Registo do Arquivo, fundo Arquivo do Arquivo. O investigador apenas tem que pedir Registo do Arquivo, liv. –
 - Existe índice do livro 40



Registo Geral de Mercês



O Registo Geral de Mercês está organizado por secções:

- D. Afonso VI a D. Manuel II
- Mercês do reinado de vários reis
- Mercês da República
- Mercês Honoríficas
- Mercês da Torre do Tombo
- Doações da Torre do Tombo



-
- Ordens Militares
 - Portarias de África, sem IDD.
 - Portarias do Reino, os registos não se encontram na base (IDD L. 373 e 374).
 - Matrícula dos Moradores da Casa Real, os registos não se encontram na base (IDD L. 370 e 371).



- Registo de passagem de certidões
“Livro primeiro do registo de todos os
documentos que se extraírem deste Real
Arquivo da Torre do Tombo”, primeiro e
único.

Nota

Este livro não precisa de ir à leitura. O investigador deve pedir a documentação pelo fundo e cota que vem no registo descritivo.



Ex: Registo da passagem da certidão do Alvará de mercê para nomear serventuário no ofício de tabelião de Celorico, concedido por D. Pedro II a D. Catarina de Aro.

Nota:

A cota do documento de onde foi extraída a certidão é: Chancelaria de D. Pedro II, liv. 46, f. 231v.



Nota:

Num dos ficheiros metálicos há um ficheiro (rosário) intitulado “mercês de bens da coroa e ordens 1777 a 1828”.

A descrição tornava difícil perceber a que o fundo se reportava e o investigador, bem como, os funcionários não conseguiram localizar a documentação.

De facto foi um dos técnicos, já muito antigo, que decidiu individualizar os registos referentes a esta temática e os livros são as **mercês dos reinados de D. Maria I e D. João VI**. Estão neste momento a ser introduzidos na base.



Nota:

O livro com o número de ordem 354 diz respeito à condecorações nacionais e estrangeiras. Os registos estão introduzidos.

Id L. 210 “Registo de diplomas das Ordens Militares e Condecorações Nacionais e Estrangeiras”



Leis



É útil saber que na Série Preta se encontra muita informação sobre legislação, o que pode facilitar a pesquisa, quer dos investigadores quer dos técnicos que tratam os fundos.

Procurar no IDD da Série Preta:

- Coleção de leis
- Leis
- Sistema de Regimentos
- Decretos



Para facilitar, fica aqui a evolução do órgão oficial para a publicação da legislação do país.

- Título: **Gazeta de Lisboa**
Janeiro de 1779 a Julho 1833.
- Título: **Crónica Constitucional de Lisboa**
2º semestre de 1833 a 30 de Junho de 1834.

- Título: **Diário de Lisboa**
1º semestre de 1860 a 1º trimestre de 1867.
- Título: **Diário do Governo**
- Título: **Diário da República. I Série**
10-04-1976 – 31 de Dezembro de 2006.
Disponível on-line
- Título: **Diário da República. II Série**



Almanaques (Série Preta)



Não existem para todos os anos mas os **almanaques** são auxiliares muitos úteis para o estudo de:

- Instituições - sua estrutura e funcionamento, sobretudo até 1832.
- Negociantes.
- Médicos.



Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça



Os maços a partir do número 302 foram arrumados no Convento da Estrela por falta de espaço em São Bento.

Segundo relatório, ao fazerem-se arrumações, os maços rebentaram e foram depois acondicionados a esmo. Posteriormente foi descrita, muito superficialmente, a documentação, apenas o primeiro documento de cada macete.



Os IDD existentes são muito deficientes e respondem mal às questões colocadas pelos investigadores

(IDD - L 380 - Guia de remessa)

(C 623 A / 1 a 25 - Inventário sumário)

Bibliografia:

SERRÃO, Joel, LEAL, Maria José da Silva, PEREIRA, Miriam Halpern - Roteiro de Fontes da História Contemporânea. Lisboa: INIC, 1984. vol. II.



Viscondes de Vila Nova de Cerveira



A documentação esteve, temporariamente na Torre do Tombo, para tratamento. Foi descrita, acondicionada e parte digitalizada.

A descrição está disponibilizada.

Nota:

Se o investigador não encontrar a digitalização do documento que pretende deverá enviar um mail à Torre do Tombo a solicitar a sua consulta, que será reencaminhado para o proprietário.

Por enquanto está sob a minha responsabilidade o encaminhamento do pedido.



Conclusão



É possível que alguma coisa tenha ficado por dizer mas o presente trabalho está em aberto e será sempre possível acrescentar alguma coisa.

Chama-se a atenção para os IDD da referência, nomeadamente os ficheiros metálicos em que por vezes ainda aparecem os tais índices temáticos sem indicação do fundo.



Partilho convosco a experiência de 40 anos,
enriquecida **por outra que me foi doada.**

Nos momentos com menos afluência de
leitores estudei/estudo os IDD.

Dão-nos um enorme conhecimento dos
fundos.

Espero que esta partilha vos seja útil!



Obrigada pela vossa atenção

Maria Teresa Monteverde Plantier Saraiva